

Relatório de Monitoramento de Proteção

ACNUR Brasil

Janeiro-fevereiro de 2021

I. Introdução e Contexto

Em 2018, o ACNUR, a Agência da ONU para Refugiados, criou uma ferramenta regional para monitorar as necessidades de proteção e a situação de pessoas forçadas a deixarem seu país de origem, com foco inicial na situação venezuelana. O monitoramento da proteção é parte essencial da resposta do ACNUR e implica a verificação e análise sistemáticas da violação de direitos e das necessidades de proteção das pessoas de interesse durante um certo período de tempo. Antes da deflagração da pandemia do coronavírus (COVID-19), o ACNUR Brasil e parceiros realizavam entrevistas presenciais com pessoas de interesse, com foco geográfico no estado de Roraima. O contexto atual da COVID-19 e as medidas adotadas pelos estados em resposta à pandemia exigiram que o ACNUR e seus parceiros adaptassem a sua metodologia de coleta de dados. O presente relatório cobre os resultados da primeira das quatro rodadas de coleta de dados remota, a serem repetidas trimestralmente ao longo de 2021.

II. Metodologia

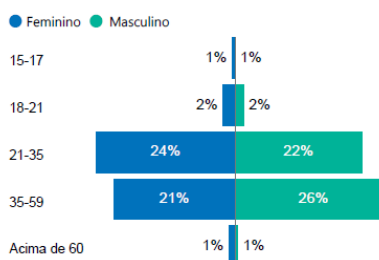
A primeira rodada de coleta de dados de monitoramento de proteção teve como foco um questionário auto-aplicado acessado por solicitantes da condição de refugiado, refugiados e migrantes. O ACNUR e seus parceiros divulgaram links para o questionário online através dos canais de comunicação existentes¹ e os entrevistados enviaram o questionário preenchido através de seus telefones celulares ou dispositivos eletrônicos.

O questionário ficou disponível de 25 de janeiro a 5 de fevereiro. A amostragem para este exercício seguiu a metodologia por conveniência/não probabilística, isto é, a amostra foi selecionada com base na acessibilidade da população, considerando que os entrevistados provavelmente já haviam tido contato anterior com o ACNUR e/ou seus parceiros e tinham acesso a telefones celulares, dispositivos eletrônicos e uma conexão de internet. Portanto, os resultados abaixo não são estatisticamente representativos e não podem ser extrapolados para a população como um todo.

¹ Isto inclui canais de informação e comunicação confiáveis com pessoas de interesse, como a [Plataforma Help](#), redes sociais, grupos de WhatsApp e redes comunitárias.



- **221** questionários / **888** indivíduos
- **7** nacionalidades distintas
- Que residem em **13** estados no Brasil



III. Informações demográficas

- **Tamanho médio das famílias:** 4 membros
- **Chefes de família:** 48% das pessoas que se identificaram como chefes de família são mulheres.
- **Crianças:** Quase 80% das famílias têm apenas um filho (42% das famílias tem ao menos um filho com menos de 5 anos de idade).
- **LGBTI:** 10% das pessoas que responderam à pergunta sobre orientação sexual e identidade de gênero se identificaram como membros da comunidade LGBTI.
- **Nacionalidades:** 95% da população pesquisada corresponde a refugiados e migrantes venezuelanos. O resto dos entrevistados são da Colômbia, Cuba, República Democrática do Congo, Síria e Iêmen.
- **Grupos étnicos:** 48% dos entrevistados se identificaram como pardos (duas ou mais raças/bi-racial); 18% indicaram não ter certeza sobre sua etnicidade; 15% se identificaram como brancos; e 7% se identificaram como negros ou afrodescendentes.
- **Período de chegada ao país:** 24% dos entrevistados chegaram ao Brasil nos últimos 6 meses; 43% chegaram entre 6 meses e 2 anos atrás; e 33% chegaram mais de 2 anos atrás.

IV. Destaques

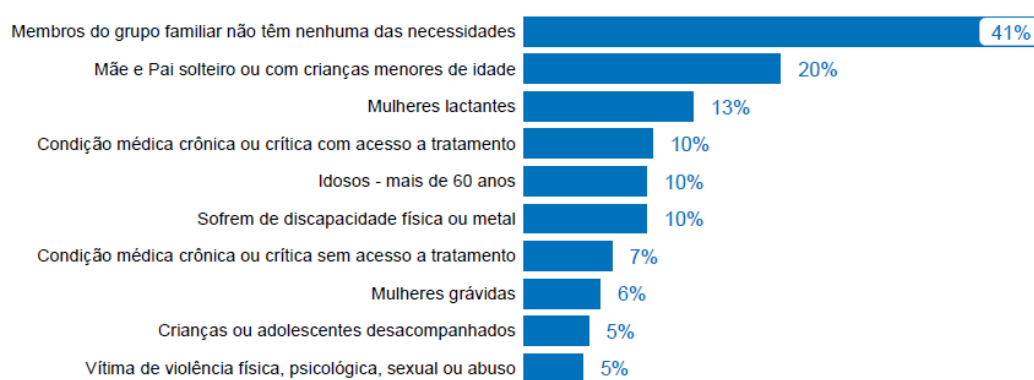
- **A maioria dos entrevistados (60%) se identificou com uma ou mais necessidades de proteção.** Em comparação, 25% das pessoas de interesse registradas com o ACNUR no Brasil se identificam como tendo necessidades de proteção específicas.
- **Quase dois terços dos entrevistados (66%) afirmaram que enfrentariam riscos ao voltar ao seu país de origem,** incluindo falta de comida, desemprego, falta de acesso a serviços médicos e insegurança. Considerando que mais de 95% dos entrevistados eram venezuelanos, uma maioria significativa manifestou a necessidade de proteção internacional.
- **Um número considerável de entrevistados (20%) não possui documentação legal migratória no Brasil,** o que na prática pode limitar seu acesso a direitos e serviços, incluindo cuidados médicos não urgentes, emprego formal e educação.
- **Mais da metade dos entrevistados estavam desempregados (55% dos 196 núcleos familiares).** O impacto socioeconômico da COVID-19 contribuiu para as dificuldades em

obter emprego formal no Brasil e com os desafios para reconhecimento da experiência profissional e dos diplomas acadêmicos dos entrevistados.

- **A maioria das famílias entrevistadas indicou que seus filhos estão matriculados na escola (57%), no entanto, mais da metade (53%) não dispõe dos recursos necessários para acessar o ensino remoto** durante a pandemia da COVID-19.
- **Apenas um quinto (20%) dos entrevistados têm acesso à benefícios de assistência social** (Ex.: Bolsa Família).

V. Necessidades Específicas de Proteção

Mais da metade das famílias entrevistadas (aprox. 59%) se identificaram com **ao menos uma necessidade de proteção específica**, como núcleos familiares com pais/mães solteiros/as, mulheres grávidas ou lactantes, idosos em risco e pessoas com condições médicas crônicas ou críticas.



VI. Condição legal e acesso ao território

Algumas medidas adotadas para prevenir a transmissão da COVID-19, incluindo o fechamento das fronteiras, afetaram negativamente a capacidade de refugiados e migrantes entrarem no Brasil e usufruírem de serviços e direitos básicos. Neste contexto, o acesso ao território e a proteção contra a devolução são considerações de proteção essenciais para refugiados e pessoas que necessitam de proteção internacional.

- **68%** dos entrevistados concordam ou concordam fortemente que seus **familiares estariam em risco caso precisassem retornar a seu local inicial de residência ou país de origem**.

47% dos riscos enfrentados no retorno estão relacionados à falta de alimento; 45% ao desemprego; 40% à falta de acesso a serviços médicos; e 36% indicaram riscos de segurança em seu país de origem.

A. Entrada no país

- 76% dos entrevistados afirmaram que **entraram no país de maneira regular ou legal** e registraram sua entrada com as autoridades brasileiras de imigração.
- 71% da população pesquisada mencionou ter **ao menos um dependente ou familiar que permaneceu no país de origem** ou residência original, ou está em trânsito.

A maioria da população pesquisada entrou no Brasil antes da pandemia da COVID-19, quando as fronteiras ainda estavam abertas. No entanto, desde março de 2020, quando ocorreu o fechamento da fronteira Brasil-Venezuela, as entradas irregulares ao Brasil por

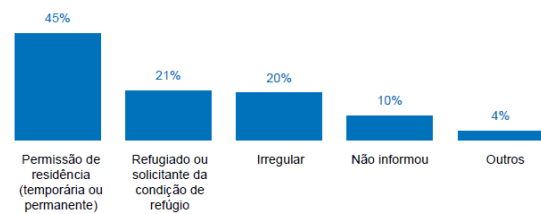
meio de travessias informais vêm aumentando, principalmente por Pacaraima, no estado de Roraima, Região Norte. Esta população não documentada é representada pelos entrevistados que indicaram ter chegado ao Brasil nos últimos 6 meses (24%) ou entre 6 meses e 2 anos (43%).

Embora **96% dos entrevistados tenham afirmado que não passaram por quaisquer incidentes negativos com as autoridades** (Ex.: entrada recusada, deportação ou retorno forçado), os resultados revelam que vários entrevistados passaram por problemas de segurança desde que deixaram suas residências. **Um em cada quatro** entrevistados (26%) **indicou que ele/a ou seus familiares já haviam passado por ou testemunhado um incidente de proteção, principalmente roubo, ameaças à integridade física ou suborno.** Este número é baixo quando comparado aos dados coletados em fevereiro de 2021 de refugiados e migrantes venezuelanos recém-chegados e abrigados em Boa Vista. Uma explicação é o escopo e alcance do questionário online, que favorece indivíduos que têm acesso a dispositivos eletrônicos e à uma conexão de internet e, portanto, dispõem de melhores condições socioeconômicas se comparados aos recém-chegados.

B. Status legal

Embora a maioria das famílias indique ter acesso a procedimentos de solicitação da condição de refugiado ou residência temporária, um quinto dos entrevistados (20%) são indivíduos que entraram no Brasil de forma irregular e/ou não estão em condição migratória legal. Esta é a porcentagem mais alta de entrevistados não documentados de todas as pesquisas de monitoramento de

proteção já conduzidas pelo ACNUR ou por parceiros.



C. Refúgio no Brasil

24% dos entrevistados indicaram a intenção de solicitar a condição de refugiado, apesar de ainda não terem o feito, principalmente devido à pandemia (Ex.: serviços limitados a agendamentos online), falta de informação e falta de documentação. Não ficou claro ao que os entrevistados se referem ao selecionar a falta de documentação como resposta para a incapacidade de solicitar reconhecimento da condição de refugiado, já que, de acordo com a lei brasileira, a posse de documentos de identificação não é necessária para se solicitar essa condição. No entanto, é verdade que os indivíduos que entraram no Brasil de forma irregular durante o fechamento das fronteiras estão incapazes de solicitar o reconhecimento da condição de refugiado por falta de documento oficial de entrada migratória. Além disso, 19% dos entrevistados afirmaram não terem intenção de solicitar a condição de refugiado. Isto pode ser explicado pela falta de informação sobre as diferenças entre os procedimentos de solicitação da condição de refugiado e residência temporária e a percepção de que o protocolo de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado não é sempre aceito pelos provedores de serviços como um documento de identidade válido.

VII. Acesso a direitos e serviços

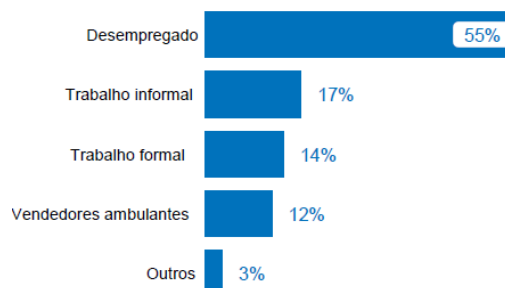
A. Acesso à educação

- 42% das famílias que têm crianças em idade escolar afirmaram que ao menos uma das crianças **estão fora da escola** principalmente devido à **falta de documentação** ou outros **requisitos para matrícula escolar**, apesar de o questionário não permitir que os entrevistados deem mais detalhes sobre estes desafios.

- Embora as crianças da maioria das famílias entrevistadas estivessem na escola (57%), mais da metade das famílias (53%) **não dispõe dos recursos necessários para acessar a educação remota durante a pandemia da COVID-19.**

B. Emprego

Um total de 196 grupos familiares foram consultados sobre o tema do emprego. A maioria dos entrevistados está **desempregado** (55%), quase um quarto desempenha atividades informais para conseguir o sustento de suas famílias (17%), 14% estão formalmente empregados e 12% são vendedores ambulantes.



A situação de emprego atual dos entrevistados entra em contraste com sua experiência profissional prévia em seus respectivos países de origem. Um número menor de entrevistados indicou que estava desempregado em seu país de origem (21%). Ao considerar apenas a amostra de entrevistados que estavam formalmente empregados em seus países de origem (28%), apenas um quinto (20%) dessas pessoas está formalmente empregada no Brasil.

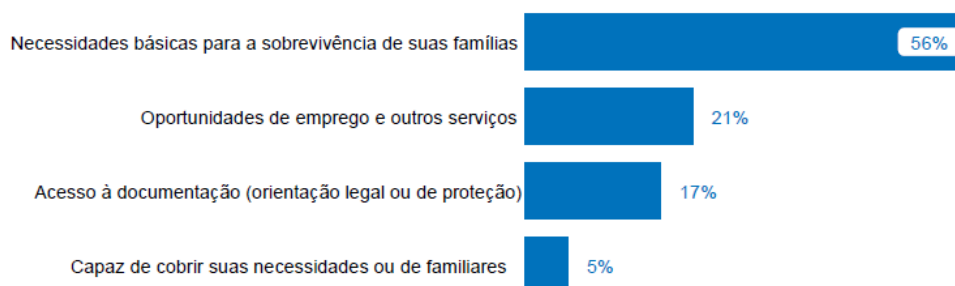
A dificuldade em encontrar empregos formais no Brasil pode ser explicada pelo impacto socioeconômico atual da pandemia da COVID-19. Além disso, refugiados e migrantes enfrentam desafios ao tentar validar suas experiências profissionais ou diplomas acadêmicos no Brasil.

C. Assistência Social

- 80% dos entrevistados respondeu que **não está recebendo nenhum tipo de assistência social** (benefício financeiro).
- 13% afirmou estar recebendo assistência econômica do governo, 78% dos quais identificaram essa assistência como o programa de transferência de renda Bolsa Família.

VIII. Necessidades Prioritárias

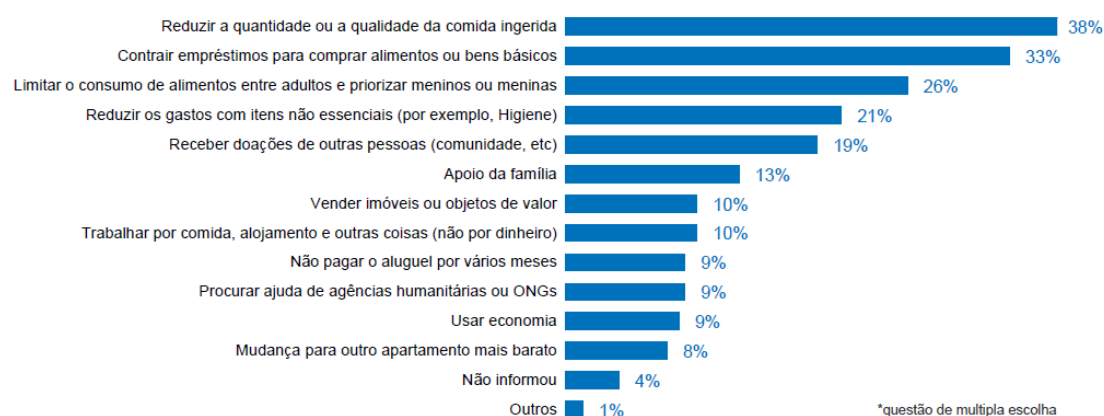
Quando perguntados sobre suas necessidades e prioridades mais urgentes no mês da pesquisa, 56% responderam **necessidades básicas para a sobrevivência de suas famílias** como comida, abrigo, roupas, entre outros. Além disso, 21% relataram que suas necessidades prioritárias estão relacionadas a oportunidades de emprego e outros serviços (Ex.: saúde, educação) e 17% mencionaram acesso à documentação (orientação legal ou de proteção), o que representa um aumento significativo desta necessidade se comparado aos outros exercícios de monitoramento conduzidos pelo ACNUR e parceiros.



IX. Mecanismos de enfrentamento

A pesquisa também perguntou se nos três meses anteriores os membros da família foram obrigados a recorrer a mecanismos de enfrentamento para cobrir suas necessidades básicas ou as necessidades básicas de outros membros da família.

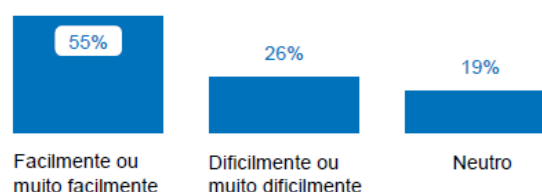
- 38% relataram ter sido obrigados a **reduzir a quantidade ou a qualidade da comida ingerida**
- 33% informaram ter tido que **contrair empréstimos**, e
- 26% **limitaram o consumo de comida dos adultos** para sobrar comida para as crianças



X. Bem-estar

Um total de 196 grupos familiares foram consultados sobre seu bem-estar e demonstraram indicadores positivos nesta área. **A maioria da população pesquisada mencionou se sentir segura na área/comunidade onde vive (78%) e considerar sua interação/relacionamento com a população local positivo ou muito positivo (72%)** No entanto, muitos relataram já terem se sentido **sozinhos ou socialmente isolados** durante o período no qual moram no Brasil (37%) ou já terem **sofrido discriminação** (47%), com a percepção de terem sido discriminados por sua **nacionalidade** (93%).

A pesquisa também coletou dados sobre o **acesso à internet** sempre que necessário. Embora a maioria dos entrevistados (55%) tenha indicado que é facilmente ou muito facilmente capaz de acessar uma conexão de internet, um número significativo relatou **dificuldades** (26%). Esta é uma porcentagem expressiva, considerando que uma conexão de internet era necessária para responder ao questionário.







XI. Planos para o futuro

- A maioria dos entrevistados (45%) planejava **ficar onde está** ao serem perguntados se pretendiam se mudar ou mudar seu local de residência no curto ou médio-prazo.
- 28% responderam que **planejam se mudar**. Entre os que planejam se mudar, a maioria (89%) planeja se mudar **para outras cidades no Brasil**, especialmente no

Sul e Sudeste do Brasil, enquanto algumas pessoas relataram ter sido parte da estratégia de interiorização (17%).

CONTATOS

André Madureira, Oficial Assistente de Proteção
Pedro Rocha, Assistente Sênior de Gestão da Informação
 Escritório de Brasília
brabrim@unhcr.org

 @ACNURBrasil
 /ACNURPortugues
 @acnurbrasil
 /company/acnurportugues

acnur.org.br

UNHCR Partners in Brazil:



UNHCR Brazil is thankful for the support of private donors and:



UNHCR's private sector donors:



UNHCR Brazil is also thankful for the important support of and partnerships with other UN agencies, Brazilian authorities (at federal, state and municipal levels) and civil society organizations working together to deliver the emergency response and in the regular programmes of the Brazilian operation.